

# jornal do commercio

# PAÍS ESTÁ NO CHEQUE ESPECIAL DA ENERGIA

Com produção menor que a demanda por causa do baixo nível das barragens, companhias usam fontes mais caras de geração, como térmicas a óleo. Indústria já tem custo de energia cinco vezes maior. E ainda há risco de apagão.



editor Saulo Moreira [smoreira@jc.com.br](mailto:smoreira@jc.com.br)  
 editores-assistentes Bianca Negromonte [bianca@jc.com.br](mailto:bianca@jc.com.br)  
 Pedro Ivo Bernardes [pedroivo@jc.com.br](mailto:pedroivo@jc.com.br)  
 fale conosco (81) 3413-6186

» SETOR ELÉTRICO

# DESEQUILÍBRIO NA CONTA DA LUZ

Diretor da Aneel diz que o País está no cheque especial da energia, pois a produção está abaixo do consumo e as fontes mais caras estão sendo usadas

**Giovanni Sandes**  
[gsandes@jc.com.br](mailto:gsandes@jc.com.br)

**Renato Lima**  
[renatolima@jc.com.br](mailto:renatolima@jc.com.br)

O Brasil já está no cheque especial da energia elétrica. A imagem foi usada, pela primeira vez, pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, e se encaixa bem no momento atual. Tanto o País está com uma produção de energia abaixo da demanda, para poupar os reservatórios, quanto está utilizando fontes bem mais caras de energia, como térmicas a óleo. Custo que vai pesar na tarifa dos consumidores.

"Hoje estamos produzindo 51 mil MW médios e consumindo 53 mil MW médios. Tem uma diferença de 2 mil MW médios. Qualquer manutenção ou interrupção numa linha, vamos ter problema. Pode ter apagão. O sistema está operando no limite, no estresse. Pode acontecer co-

mo na Argentina, faltar luz em um bairro e depois em um outro", exemplifica o professor da UFRJ e diretor do Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE) Adriano Pires.

Essa situação teve origem, no curto prazo, pelo regime de chuvas abaixo da média histórica. Como o parque de geração brasileiro é baseado, com cerca de 80%, na energia hidrelétrica, a baixa nos reservatórios influi diretamente na capacidade de geração. A situação atual é de alerta. O País está no meio do período úmido, que segue até março. Caso comece a chover fortemente nas cabeceiras dos rios que abastecem o nosso sistema elétrico, a situação de risco pode ser revertida. Caso contrário, o País caminha para um racionamento.

No Sudeste e Centro-Oeste, que enviam para o Nordeste um terço da energia consumida na Região, o nível dos reservatórios já está 0,5 ponto percentual abaixo do nível mínimo de segurança, a chamada Curva de Aversão ao Risco (CAR), com

44,8% de sua capacidade de armazenamento de água. Neste ponto, a recomendação é acionar todas as fontes de geração de energia — inclusive as caríssimas e poluidoras usinas a óleo diesel. É o que está ocorrendo.

Uma opção ao não acionamento das térmicas seria o racionamento mais forte. "É um custo que vai pesar. Mas não é apenas isso. O reajuste também vai ser influenciado pelo aumento do IGP-M", lembra Adriano Pires. O Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) é um dos itens que pesam nos reajustes das empresas de energia e fechou 2007 em 7,75%, contra 3,83% de 2006.

Neste momento, o crescimento econômico só faz piorar a situação. Uma maior demanda faz a indústria produzir mais. O aumento de renda leva os consumidores a comprar mais produtos, incluindo eletrodomésticos. O bom movimento faz o comércio trabalhar até mais tarde. Tudo isso resulta em aumento no consumo de energia elétrica.

Para o diretor do Instituto Ilumi-

na, José Antônio Feijó, os problemas começaram há mais tempo, ainda na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, quando houve privatizações no setor. "O governo esperava que a iniciativa privada investisse em expansão, o que não ocorreu, como vimos no racionamento de 2001. Depois, o governo esperava a expansão com térmicas a gás natural, mais baratas. Mas esqueceram de que precisava haver gás", ironiza.

Para Feijó, o foco do problema é o modelo do setor elétrico, que transformou a energia em mercadoria, quando por 40 anos, até a década de 1990, era um serviço público. "Lula prometeu em campanha voltar ao modelo anterior. Ocorre que o resultado foi um modelo híbrido, com retorno ao planejamento, mas filosofia de mercado. Enquanto prevalecer essa filosofia, o Brasil está preso numa armadilha: sempre uma ameaça de crise e preços maiores, porque se sobrar energia os preços caem", avalia.



**CRISE** Em campanha, Lula prometeu mudar o modelo energético

» continua nas páginas 2 e 3

## » CRISE ENERGÉTICA

# Consumidor vai pagar geração das térmicas

Custo do acionamento das usinas termelétricas a óleo ou gás natural será rateado entre todas as distribuidoras de energia. Quanto mais tempo elas passarem gerando, maior será o valor repassado

O acionamento de fontes mais caras de energia vai pesar no bolso do consumidor. Quanto mais tempo as térmicas de custo elevado estiverem operando, mais alto será o custo de geração de energia que vai ser rateado entre todas as distribuidoras. E a previsão da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia (ABCE) é que no médio e longo prazo os custos da energia sejam ainda mais caros.

O ex-presidente do Operador Nacional do Sistema (ONS) Mário Santos prefere não falar sobre o risco de racionamento. "Eu respeito a organização e entendo que as pessoas que estão lá tomando as decisões são sérias e competentes", diz um dos principais gestores que contornaram o racionamento de 2001. Mas não faz mistério sobre o peso do acionamen-

to das térmicas nas futuras contas de energia. "O valor absoluto de cada térmica em si é elevado, mas ele fica diluído no total. Mas, de toda forma, vai repercutir no futuro. É o efeito do seguro. É um seguro contra São Pedro", diz o especialista, lembrando que, no passado, diziam que não era necessário a implantação de um parque de geração de térmicas. "Disseram isso comigo", lembra.

Parte da indústria já está arcaando com um custo de energia cinco vezes mais alto, para aqueles que usam a energia no mercado à vista. Na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica o valor foi tabelado como máximo de R\$ 569,59. "A esse preço, já significa que estamos num racionamento para o setor industrial. Daqui a pouco algumas indústrias vão parar de fabricar para ven-

der energia elétrica", prevê Adriano Pires, da UFRJ, lembrando que isso ocorreu em 2001.

"Ainda não esperamos que exista um reajuste extraordinário, mas que o repasse seja feito nas datas de reajustes das distribuidoras", diz Sílvia Calou, diretora-executiva da ABCE. Embora ainda considere prematuro para iniciar um racionamento, Calou prevê custos elevados caso as térmicas permaneçam ligadas. "Se a situação perdurar por meses, o impacto pode ser significativo. De modo geral, nos custos de geração, a tendência é da energia nova ser mais cara", reclama. Isso porque muitos projetos estão enfrentando restrições ambientais para serem tocados. "Há um descolamento da agenda ambiental com a agenda de desenvolvimento. As novas hidrelétricas estão

com reservatórios cada vez menores. O reservatório do Rio Madeira tem praticamente a mesma área do rio quando em época de cheia. Numa conjuntura de pouca chuva, acaba tendo que gerar muita energia térmica", diz. Com isso, os perigos de enfrentar períodos mais secos sobem, já que as novas usinas hidrelétricas possuem reservatórios de tamanho menor.

Para ter uma idéia do custo das usinas que estão sendo acionadas, que inclui boa parte de unidades a óleo diesel, a Chesf possui uma usina bicomustível, que tanto opera com óleo quanto com gás natural. A Camaçari, na Bahia, tem capacidade para 355 MW e custo de geração de R\$ 160 por MWh quando utiliza gás e R\$ 680 MWh com óleo, como está sendo utilizado agora.

## » TROCANDO EM MIÚDOS

## Efeitos climáticos e efeitos políticos

Giovanni Sandes  
gsandes@jc.com.br

O setor energético brasileiro, profissionalizado, é especialmente sensível a intempéries naturais, apesar de o País ter um excelente nível de técnicos e engenheiros. O problema é quando a política – não no sentido de discussão séria, mas no infeliz tom retórico e pejorativo adotado comumente – exerce interferência no debate de uma área tão cara à economia e ao desenvolvimento. Aqui nem cabem mais números, tão explorados nas matérias que ilustram as primeiras páginas desta edição de Economia do **JC**. Basta mencionar a situação do novo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Ou citar o diretor-presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jéerson Kelman.

Kelman "cantou" as dificuldades energéticas. Foi enquadrado por Dilma Rousseff (Casa Civil) em uma reunião diante do presidente Lula. Lobão assumiu o ministério, meio a contra-gosto de Dilma, e foi também enquadrado pela ministra para afinar o discurso.

Com o perdão da evidente pobreza do trocadilho, no governo de Lula fez-se o caminho inverso e se substituiu um ministro interino, após uma gestação de oito meses, por um "uterino": saiu Nelson Hubner, de perfil técnico, ligado a Dilma, e entrou Lobão, absolutamente sem histórico com o setor. Aqui não se discute a capacidade de adaptação de Lobão, mas sim o momento difícil enfrentado pelo País e aparentemente ignorado pelo Planalto.

O presidente nega a crise. Mas depois diz que a prioridade "é servir, é produzir energia para atender aos interesses da sociedade", em detrimento de gás natural veicular (GNV), usado em veículos, e gás para indústria. Talvez, apenas talvez, seja contraditório mencionar prioridades diante de um quadro que não exhibe escassez.

Hubner afirmou não haver risco de racionamento, mas, na semana passada, em meio à troca do comando de Minas e Energia para Lobão, foi reativado o seguro-apagão.

O problema do Brasil, para além do setor elétrico, não é a capacidade de gerenciar crises, é a falta de transparência e o descasamento dos dirigentes ante a realidade. É o medo de assumir um problema por questões políticas, na maioria das vezes. E o cidadão comum observa por uma fresta criada entre a crença nas evidências ou em legendas partidárias.

Longe de Brasília, é difícil não escutar um taxista no Recife, entre uma comida e outra, dizendo que reza para o gás natural não subir mais, porque investiu R\$ 2.500 em um kit de conversão. Ou ouvir de um executivo, de uma empresa que adotou gás natural, que terá dificuldade de arrumar recursos para o empreendimento ser "bicomustível".

Voltando ao Planalto: Dilma e Lula ficaram satisfeitos com a primeira entrevista coletiva de Edison Lobão e com a explicação do novo ministro sobre o ministério não ter "porteira fechada" (indicação política para os principais cargos) e sobre a "não-disputa" de PT e PMDB por vagas na pasta.

## » SETOR ELÉTRICO

# Água e gás são gargalos da energia

Além de depender da chuva para encher os reservatórios, a Petrobras precisa renegociar contratos de fornecimento de gás para mandar para as térmicas

As incertezas sobre preço e oferta para os consumidores de gás natural e energia elétrica estão interligadas. O setor energético brasileiro é refém do pouco gás natural e água atualmente disponíveis. Tanto é que, para redirecionar para a produção de energia, em térmicas, parte do gás consumido por carros, indústrias e residências, desde o ano passado a Petrobras vem renegociando contratos que venceram em 2004 com as distribuidoras estaduais. Com a Bahia e o Rio de Janeiro, os novos contratos prevêem que 20% do volume de gás ofertado até então pela estatal federal tenha possibilidade de interrupção. Pernambuco está em negociação de seu contrato.

O governo estadual é otimista devido aos investimentos diretos da Petrobras em Pernambuco: a refinaria e duas fábricas do pólo de poliéster. A primeira reunião sobre o assunto entre o secretário de Desenvolvimento Econômico, Fernando Bezerra Coelho, e a diretora de Energia e Gás da Petrobras, Maria das Graças Foster, foi no último dia 11. O Estado esperava resposta para a sexta-feira passada.

“A Petrobras deve nos dar, na segunda-feira (amanhã), uma posição sobre a assinatura do contrato”, informou, sexta-feira passada, Bezerra

Coelho.

O diretor técnico-financeiro da Companhia Pernambucana de Gás (Copergás), Jailson Galvão, explica que o gás natural atende a dois mercados, o térmico e o não-térmico. O primeiro compreende os segmentos industrial, veicular, residencial e de geração de co-energia. O outro são as térmicas.

Em Pernambuco, o contrato vencido com a Petrobras prevê disponibilidade de 1,1 milhão de metros cúbicos (m<sup>3</sup>) de gás para 85 indústrias, 63 postos de gás natural veicular (GNV), 15 consumidores comerciais e 500 residenciais. Se o novo contrato pernambucano adotar a lógica dos acordos com Bahia e Rio de Janeiro, a oferta de gás sem possibilidade de interrupção cairá para 880 mil m<sup>3</sup>/dia.

A Termopernambuco tem um contrato segundo o qual deveria receber 2,15 milhões de metros cúbicos de gás por dia. Mas não gerou energia entre novembro de 2006 e novembro passado, quando voltou a operar. Agora, consome 1,1 milhão de m<sup>3</sup> diários de gás. “O fato é que, com a entrada das térmicas no sistema, houve um impacto muito forte”, salienta o diretor da Copergás.

O diretor do Instituto Ilumina, José Antônio Feijó, chama a atenção

para o fato de que o pernambucano e o cearense estão na mesma condição: pagam a maior parte do ano por uma energia que não é gerada. “Com o nível baixo da água de Sobradinho, a Chesf não está podendo gerar. E Pernambuco e Ceará, que pagam o ano inteiro para a Termofortaleza e a Termopernambuco ficarem paradas, agora vão ter que pagar a conta dobrado. É um absurdo. Esse custo tem que sair de quem não está gerando, seja da Chesf ou das térmicas, porque elas estão recebendo”, critica.

Para o presidente da Copergás, Aldo Guedes, ultrapassado o momento de tensão do setor, haverá mais gás para os outros segmentos. Ele acredita que o gás hoje direcionado à Termopernambuco pode ser utilizado pela indústria e veículos enquanto a térmica não precisar gerar energia. Além disso, continua, projetos como o Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gase-ne), que interligará as regiões, e um terminal de regaseificação de gás natural liquefeito (GNL) aumentarão a oferta de gás no Nordeste.

O professor de engenharia elétrica da UFPE, Flávio Veloso, é radical. “Temos que quebrar o monopólio da Petrobras. Se colocarmos a iniciativa privada para importar gás, quero ver não chegar”, defende.

## » CRISE À VISTA

Entenda os motivos do alerta no setor energético e como a população vai pagar a conta

Água	Gás	Racionamento	Custos
Em outros anos, o País estaria atravessando o período úmido, mas em 2008 as chuvas ainda não favoreceram os reservatórios das hidrelétricas. Com isso, o nível de armazenamento do Nordeste começou a baixar. A região recebeu reforço com transferências de energia do Sudeste e Centro-Oeste, que também começou a sofrer reduções nos reservatórios	Com as quedas nos reservatórios, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) acionou, em dezembro, todas as térmicas. Mas a quantidade de gás ofertada pela Petrobras não foi suficiente para atingir toda a capacidade das termelétricas. O insumo também atende veículos e indústria. O presidente Lula afirmou que a preferência do gás é para energia elétrica	A dificuldade de geração adicional de energia e a incerteza sobre as chuvas contribuem para o aumento do risco de escassez de energia para o próximo ano. No entanto, há questionamentos sobre a necessidade de economia de energia já em 2008. No Nordeste, o consumo supera a produção	O governo federal determinou o acionamento das térmicas a óleo, mais caras e poluentes, e também recriou o “seguro-apagão”, com o aluguel da reserva da capacidade de produção das termelétricas movidas a biomassa. As duas medidas entrarão nas contas futuras dos consumidores, rateadas por todo o País

